

Acaba prazo para Comdusa utilizar área da Prainha

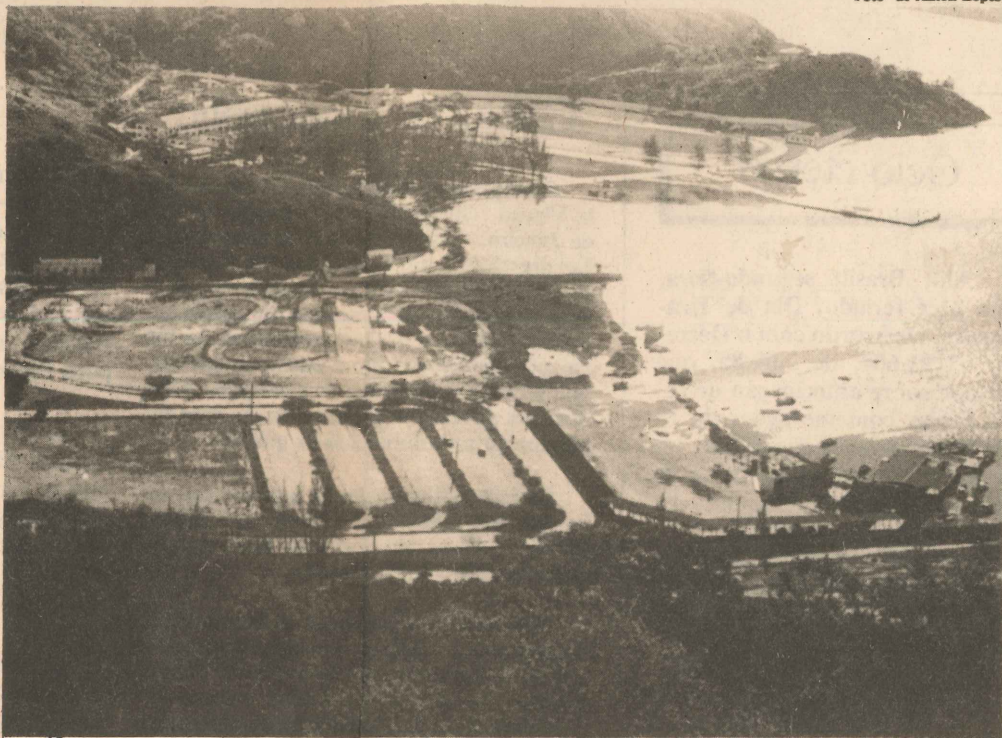
A Comdusa está enfrentando mais um problema, desta vez afeto à reativação do aquaviário. É que a área onde está instalado o terminal da Prainha, em Vila Velha, teve encerrado o prazo do contrato de cessão sob regime de aforamento, concedido pela Presidência da República, para que fosse feita a urbanização. Agora, somente o governo federal poderá ratificar ou não o contrato e o pedido neste sentido deve partir do governo do Estado.

A delegada do Serviço do Patrimônio da União (SPU), Albany Rosetti de Almeida, informou ontem que o prazo acabou no último dia 26 e o órgão irá proceder uma vistoria para verificar o cumprimento das cláusulas contratuais e ver se caberá a ratificação (renovação). Adiantou que a anulação do contrato acontecerá caso as exigências não tenham sido cumpridas.

Por sua vez, o diretor-presidente da Comdusa, Waldir Uliana, entende que o contrato foi cumprido, na medida em que houve um aterro e a construção do terminal aquaviário, de uma colônia de pescadores e de um estacionamento. Garantiu que a Comdusa tem interesse em continuar com a área, adiantando que o seu conselho administrativo deverá, inclusive, decidir, no final da próxima semana, se concede à Prefeitura de Vila Velha o espaço ocioso para construção de uma praça com área de lazer, conforme solicitação feita por aquele município.

A delegada do SPU afirmou que o órgão não possui nenhum interesse em retomar a área do aquaviário de Vila Velha, principalmente porque tem que honrar o acordo existente entre os governos federal e estadual. Ela não pôde adiantar se a Comdusa cumpriu efetivamente as cláusulas do contrato, porque ainda não efetuou a vistoria. Mas de qualquer maneira, a exigência principal era a urbanização da área.

Para o diretor-presidente da Comdusa, embora o contrato não definisse o tipo de urbaniza-



O SPU fará vistoria para ver se o terreno foi urbanizado

AJ17445

ção, o órgão cumpriu o acordo, pois somente o aterro (a área é terreno da marinha) já configura uma melhoria. Segundo explicou, o imóvel foi repassado ao governo estadual diretamente pela Presidência da República, ainda na gestão do ex-presidente Figueiredo. O Estado, por sua vez, vendeu a propriedade à Comdusa para integralização do seu capital.

Waldir Uliana observou que, antes de acabar o prazo do contrato, a Comdusa solicitou ao governador Gerson Camata a revigoração — prorrogação — para que encaminhasse ao governo federal. Quem deveria encaminhar este pedido é a Procuradoria-Geral, mas, processo até ontem não havia passado pelas mãos do procurador José Cupertino Leite de Almeida.

A área ociosa do terminal está sendo reivindicada pela comunidade de Vila Velha, para construção do Parque Homero Mafra, especificamente para lazer, segundo informou Irene Léia Bossois, do Departamento de Imprensa, da Associação de Moradores. Ela explicou que o interesse da população é pela preservação do local, principalmente em virtude do seu valor histórico.

Esta reivindicação da comunidade será discutida pelo conselho de administração da Comdusa — formado pelos secretários do Interior e Transportes e de Planejamento e por Waldir Uliana — até o final da próxima semana. O presidente da Comdusa já adiantou que poderia haver a cessão à PMVV, mas o órgão não participaria com recursos na construção do parque.

ACABA prazo para Comdusa
utilizar área da prainha.
A Gazeta, Vitória, 9 abr.
1986. 1. cad. p. 5. c. 1, 2 e 3.